



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE



Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR

7

1 Ata da Reunião Plenária realizada em 27 de Fevereiro de 2008:(continuação da linha em branco)

2 Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às 08:30h em primeira convocação e
3 às 09:00h em segunda convocação, com qualquer número de Conselheiros presentes, na sala de
4 reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – na Rua Hermes
5 Fontes, 315, Batel, nesta Capital – deu-se início à Reunião Plenária do Conselho Estadual dos
6 Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca/PR. Nessa oportunidade, estiveram presentes os
7 **Conselheiros Governamentais:** Thelma Alves de Oliveira e suplente Ana Lídia Manzoni
8 (Secretaria de Estado da Criança e da Juventude); suplente Aramis Chagas Borges (Casa Civil);
9 Solange Maria Rodrigues da Cunha (Secretaria de Estado da Educação); suplente João Dario de
10 Oliveira (Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania); Heitor Ângelo Scremin França (Secretaria
11 de Estado do Planejamento e Coordenação Geral); Donata Terezinha de Barros Duarte
12 (Secretaria de Estado da Cultura); Elizete Paiola Tonon (na qualidade de ouvinte) (Secretaria de
13 Estado da Saúde); suplente Nilcéia Ferraro da Silva (Secretaria de Estado de Segurança
14 Pública); **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:** Eliana Arantes Bueno Salcedo e
15 suplente Irma Ribeiro da Silva Zaninelli (Projeto Recriar Família e Adoção); Manfred Ernst
16 Schwalb (Associação Cristã de Assistência Social – Acridas); Paula Baena (Associação Hospitalar
17 de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro - Hospital Pequeno Príncipe); Jacqueline Marçal Micali
18 (Escola Profissional e Social do Menor de Londrina – Epesmel); Ane Bárbara Voidelo (Instituto
19 Educacional Dom Bosco); Adão Lodir Schneider (Apae – Guarapuava); Lúcio Fernando Linhares
20 Machado (Associação Maringaense de Apoio e Reintegração do Adolescente – Amaras - Recanto
21 Mundo Jovem); Creusa Aparecida Sampaio Serrute (Centro de Estudos do Menor e Integração
22 na Comunidade – Cemic Assis Chateaubriand); Edson Antônio Galvan (Centro de Recuperação
23 Vida Nova – Cervin); Ires Damian Scuzziato (Centro Comunitário e Social Dorcas); João Vitor
24 Cruzoletto (Fundação Ísis Bruder); **Colaboradores e Fiscalizadores:** Representante Sra Ana
25 Christina Brito Lopes (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/PR); Valtenir Lazzarini (Fórum
26 DCA/PR), e diversos convidados. O Conselho foi reunido para deliberar sobre os seguintes
27 assuntos constantes da pauta: **1.** Abertura – 8h30; **2.** Aprovação da Pauta (disponível na página
28 eletrônica do Conselho, em www.secj.pr.gov.br); **3.** Aprovação das atas da reunião Ordinária e
29 Extraordinária de 22 e 23/11/2007 e da Ata de 18 e 19/12/2007; **4.** Informes da Secretaria
30 Executiva; **5.** Relato das Câmaras Permanentes e Comissões Temáticas Temporárias; 6. Agenda
31 das deliberações FIA 2008 (divulgação e elaboração de projetos e avaliação do período); 7.
32 Diversos; 8. Encerramento – 17h30. **1. Abertura:** A **presidente, Thelma Alves de Oliveira,**
33 agradeceu a presença de todos e o empenho da equipe da Secretaria de Estado da Criança e da
34 Juventude na infra-estruturação da nova sala de reuniões do Conselho o que, para ela,
35 demonstra a importância que o conselho tem dentro da política e para a Secretaria. Registrou,
36 ainda, a satisfação de poder fazer a reunião num clima bem familiar porque a Secretaria é a casa
37 de todos. Falou da confraternização que houve no dia anterior já que esta seria a última reunião
38 do ano e última, também, para alguns dos conselheiros do biênio 2006-2007. Observou que havia
39 um acúmulo de três atas – duas de novembro e uma de dezembro – que deveriam ser lidas para
40 subsequente aprovação. A **vice-presidente, Eliana Arantes Bueno Salcedo,** aproveitou o
41 momento para fazer seus agradecimentos pessoais – momento, para ela, muito importante em
42 função do término de seu mandato como vice-presidente do Conselho. Entregando um arranjo de
43 flores a todos os conselheiros, em nome dos conselheiros não-governamentais, solicitou à
44 secretária executiva que fosse lido o cartão de agradecimento. Ao final, recebeu aplausos de
45 todos os presentes e salientou que havia sido auxiliada pela conselheira Solange Maria
46 Rodrigues da Cunha e que o Conselho havia sido paritário até na compra das flores, o que
47 causou risos entre os presentes. A **presidente** retomou a palavra e passou à aprovação das atas.
48 A primeira ata revisada foi a de 22 de novembro. Feitas as alterações sugeridas pelo Conselho,
49 essa ata foi declarada aprovada (cópia disponível na página eletrônica do Cedca/PR em
50 www.secj.pr.gov.br). A seguir, foi analisada a ata de 23 de novembro. O **conselheiro Edson**
51 **Galvan** observou que a entidade Cecaf, de Mandaguari, havia sofrido denúncias significantes,
52 que precisavam ser apuradas, e perguntou da possibilidade de se deixar o projeto
53 temporariamente sem aprovação até que a entidade fosse averiguada. A **presidente,** então,
54 deixou como primeiro encaminhamento a suspensão ou retirada temporária do projeto do Banco

8

9

10

11
12
13
14
15
16
17



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



55de Projetos do FIA, até que as denúncias fossem esclarecidas – procedimento acordado entre
56todos. Após sugestões outras de caráter redacional, a ata do dia 23 foi, também, aprovada pelo
57Conselho. Quanto à ata da reunião de 18 e 19 de dezembro, houve insatisfação entre os
58presentes causada pela existência de duas versões: uma, sucinta, em que a apresentação e
59comentários orais do relatório da comissão eleitoral – apresentado pela **representante da OAB,**
60**Sra Ana Christina Brito Lopes** – não foram resgatados no texto final e, outra, mais detalhada.
61Ficou decidido que se compatibilizasse as duas versões de modo a que se ficasse com apenas
62uma ata e que essa fosse apresentada *a posteriori*. Feito o encaminhamento, a **secretária**
63**executiva, Sra Cristiane Dias de Lima Dalto,** passou a relatar os seguintes informes: **1)**
64registro de mensagem de despedida enviada pela secretária executiva dos Conselhos, Sra Regina
65Amasiles Rodrigues Costa, a todos os conselheiros (ficou deliberado que se fizesse uma carta de
66agradecimento em nome de todo o Conselho em resposta); **2)** recebimento de mensagem e
67material da Farol Agência de Cooperação Social, a ser encaminhado aos conselhos municipais de
68Direitos do Estado; **3)** Para inclusão na pauta: a) Ofício 3242/07 da Secretaria de Estado da
69Saúde – acusa recebimento do Ofício Circular 208/07 e encaminha moção aprovada na 6ª
70Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 14 a 17 de
71setembro, no município de Pinhão, no Estado do Paraná, e b) ofício 282/2007 do Conselho
72Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina que solicita do Conselho
73deliberação para definição de um serviço que normatize e responda pela devida proteção à
74criança e aos adolescentes que são vítimas de ameaças de morte. (A **presidente** encaminhou o
75ofício para a comissão de ameaçados de morte). A **conselheira Jacqueline Marçal Micali**
76observou que se deveria formalizar essa comissão para que esse assunto fosse resolvido de uma
77vez, haja vista a reincidência de referido ofício – desde 2005. A **presidente** sugeriu que se
78votasse uma deliberação instituindo a comissão. A **vice-presidente** pediu a palavra para
79esclarecer que ela era a pessoa responsável pela organização de referida comissão e que, após a
80reunião do dia 25 de fevereiro - em que estavam presentes a conselheira Jacqueline, o
81representante do Fórum DCA de Foz do Iguaçu, Sr. Valtenir Lazzarini, e o coordenador da área
82de Socioeducação da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, Sr. Roberto Peixoto –
83passou-se a delinear a comissão, que, em sua opinião, deveria contar não só com os conselheiros,
84mas, também, com a Secretaria de Segurança Pública e a representante da OAB. Mencionada
85reunião havia sido uma primeira conversa entre as partes e, assim, a comissão teria de ser
86formada de agora em diante. A presidente informou que, na prática, já havia um grupo
87discutindo, o que ela chamou de comissão, e que já havia sido solicitado que nomes fossem
88postos em votação. Questionou da propriedade do assunto ainda na leitura de informes e ficou
89decidido que o tema seria tratado no item “diversos” da pauta. Para encerrar o assunto, a
90conselheira Jacqueline pontuou sua discordância quanto ao número de participantes. Para ela, a
91comissão deve ser composta por um grupo restrito, haja vista a sigilosidade dos temas tratados e
92a dificuldade de reunir o grupo para o trabalho. Continuando os informes, a **secretária**
93**executiva** apresentou, ainda, para inclusão na pauta o item c): mensagem da conselheira Ires
94Damian Scuziatto com a solicitação de a) apoio do Conselho aos membros da Comissão
95Organizadora da Associação dos Conselhos Tutelares do Paraná, de Cascavel, para a realização
96de capacitação, proposta por eles, na última semana de abril, e, por último, b) avaliação ou
97relato do Projeto Atitude; (A **presidente** encaminhou o assunto para a câmara de capacitação);
98**4)** Recebido o CD do Programa “Vivendo nos Bairros”, desenvolvido pela prefeitura de Irati, com
99recursos do FIA; **5)** Ofício Circular 001/2008, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
100Adolescente – Conanda, no qual é apontada a comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança
101e do Adolescente – ECA, e solicitam informações sobre as ações que o Conselho tenha por
102ventura programado, com os respectivos cronogramas. Sugere, ainda, que se unifique algumas
103comemorações de âmbito nacional e que se faça um calendário nacional de celebrações; **6)**
104Ofício Circular no. 12/2007, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Paraná, que
105encaminha a 44ª edição do Boletim Informativo “Integrando”; **7)** Boletim “Nosso Mandato” –
106Edição Especial de Novembro e Dezembro – do senador Flávio Arns; **8)** Da Uniãoeste, foi recebida
107cópia impressa da palestra cujo tema foi “Ponto de Apoio aos Conselhos de Políticas Sociais”; **9)**
108Boletim Número 17 da Cidadania Marista; **10)** Cópias do Boletim da Associação Brasileira de

18
19
20

21
22
23
24
25
26
27



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



109Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, No. 36; **11**) Ofício no. 65/2007
110da presidência da Câmara dos Deputados. Acusa recebimento do Ofício no. 212/CEDCA/2007
111(sobre repúdio à redução da maioridade penal) e informa o encaminhamento de referido ofício à
112comissão de seguridade social e família da Câmara para análise; **12**) Retorno dos ofícios 275 e
113293/CEDCA/2007 por motivo de endereços inexistentes. A **presidente** retomou a palavra e
114passou ao próximo ponto de pauta: o relato das câmaras. A Câmara do FIA foi deixada para o
115período da tarde e passou-se ao relato da Câmara de Orçamento, que foi feito pelo **conselheiro**
116**Lúcio Fernando Linhares Machado** (anexo 1). O **conselheiro Lúcio** salientou a falta de
117parceria das outras secretarias de Estado em mencionada câmara, em função da qual os
118trabalhos ficaram parados, praticamente, desde julho de 2007. Sugeriu, ainda, que se fizesse a
119capacitação dos novos conselheiros para atuar na câmara. A **presidente** declarou que ficaria o
120compromisso de capacitar tecnicamente os novos integrantes do Conselho para que atuassem de
121maneira mais efetiva nas câmaras em que optassem por ingressar. A **conselheira Jacqueline**
122reforçou o comentário do conselheiro Lúcio dizendo que os conselheiros entram [no Conselho] e
123não sabem, na verdade, o que a lei faz. Assim como na câmara de orçamento, a mesma
124necessidade se faz presente na de Garantia de Direitos e Políticas Básicas que, segundo ela,
125foram câmaras que ficaram “patinando” por muito tempo. A esse comentário, a **presidente**
126observou que se fosse para capacitar o Conselho plenamente não se começaria a trabalhar em
127virtude de haver sempre coisas para se aprender. O mínimo necessário pressuporia que, quando
128da eleição, o conselheiro já deveria ter a noção básica para ser um conselheiro: no sentido de
129discutir política, compreender o Estatuto, etc. De acordo com a **presidente**, isso deveria ser a
130bagagem que cada conselheiro traz, tanto pela parte governamental quanto pela parte não-
131governamental e seria necessário que se trabalhasse com esse pressuposto. Questionou, então,
132se a capacitação apontada seria a de como ser conselheiro – como definir política, como
133trabalhar na comunicação. A **conselheira Solange** respondeu que a discussão havia sido em
134torno da realização de uma capacitação que envolvesse todos os detalhamentos das câmaras e
135que os conselheiros que estão saindo fizessem uma apresentação do que seja cada câmara. A
136**presidente** lembrou a todos que todos os documentos-base haviam sido trabalhados nas duas
137primeiras reuniões dessa gestão e que, inclusive, havia, à época, um documento-base com
138sugestões de metas para os conselheiros que estavam entrando. De fato, era necessário que se
139compreendesse e lesse a lei; que se compreendesse o que é e qual o papel do Conselho e o que
140cada câmara faz. Isso havia sido feito, mas, não havia sido o suficiente. Contudo, a dinâmica e o
141fazer de cada câmara dependeria de como as pessoas se posicionam, do compromisso de cada
142um; da prática cotidiana. A **presidente** disse, ainda, que estava com dificuldades de entender o
143que exatamente estava sendo chamado de capacitação. O **conselheiro Edson** frisou que a
144sugestão havia sido de que os novos tivessem contato, na próxima reunião, com conselheiros da
145gestão atual e que se gastasse tempo suficiente para que os novos se familiarizassem com as
146câmaras, de forma bem prática. Assim, não seria uma capacitação mas, sim, uma passagem. A
147**presidente** replicou dizendo que quase toda a ala governamental permaneceria com a mesma
148composição e só haveria troca de metade da ala não-governamental. A **vice-presidente**
149acrescentou que alguns conselheiros governamentais precisariam passar de novo pelo
150treinamento e não poderiam falar às comissões. Lembrou que, em dezembro, câmaras não
151funcionaram por falta de conselheiros, e que, no que dizia respeito à discussão em pauta sobre
152os avanços e os desafios de cada câmara, esse era um grande desafio: a presença dos
153conselheiros governamentais com os não-governamentais nas comissões. Lembrou, também, a
154existência de um manual, fornecido dois anos antes aos conselheiros, e que a havia nortead o
155tempo todo. A **presidente** sugeriu, então, que a primeira reunião de março fosse de preparação
156para o novo conselheiro entender o seu papel e de como organizar-se. A **conselheira**
157**Jacqueline** enfatizou a importância dessa renovação, principalmente da parte governamental. A
158**presidente** falou de seu empenho, junto às secretarias, em reforçar a importância da
159participação governamental e pediu que a bancada não-governamental se manifestasse por
160escrito, através de carta, aos secretários das pastas com representação no Conselho, no sentido
161de sensibilizá-los desta importância, como se fosse um novo combinado; uma renovação de
162compromissos. A **vice-presidente** acrescentou que não era só por parte dos representantes

28
29
30

31
32
33
34
35
36
37



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



163 governamentais seria necessário fazer essa renovação de compromissos: ouviu conselheiro não-
164 governamental afirmando que não iria mais às reuniões por que não “resolvia nada”. Como
165 resposta, disse que, embora o locutor(a) estivesse desinteressado(a), todos ali tinham paixão
166 pelo tema e queriam fazer uma coisa bem feita. Fez coro com a presidente da importância da
167 carta e que poderia ser que essa conscientizasse os secretários de que, às vezes, são indicados
168 conselheiros governamentais que estão sobrecarregados e não podem participar efetivamente
169 dos trabalhos do Conselho. O **conselheiro João Vitor Cruzeiro**, aproveitando o momento,
170 sugeriu que um representante das equipes descentralizadas da Secretaria de Estado da Criança
171 e da Juventude tivesse assento no Conselho. A **presidente** sugeriu, então, que fosse da equipe
172 descentralizada de Curitiba e região metropolitana. Explicou que por desenvolver o mesmo tipo
173 de atividade das outras equipes – enfrentando, possivelmente, as mesmas dificuldades das outras
174 – e, ainda, estar instalada em Curitiba, mencionada equipe poderia ser uma boa opção. O
175 **conselheiro João Vitor** se pôs de acordo com a proposta. A **representante da OAB, Sra Ana**
176 **Christina**, falando pela Comissão de Legislação, lembrou a pendência da referida Comissão
177 anterior à sua chegada ao Cedca sobre a mudança na Lei que criou o Cedca, bem como do seu
178 Regimento Interno. Como são anteriores às Resoluções do Conanda, as normas precisam ser
179 revistas e adequadas. Lembrou, também, que essa necessidade ficou clara à época das últimas
180 eleições e que ficou acertado no final do ano passado a necessidade de mudanças nos dois
181 textos. Consultou a Plenária sobre a hipótese de realizar uma minuta para apreciação posterior
182 pelo Conselho, como forma de dar maior celeridade à questão pendente, a ser apresentada para
183 os Conselheiros para discussão e aprovação do texto final. A **presidente** sugeriu que referida
184 minuta fosse trazida ao Conselho para prévia apreciação da câmara. Em seguida, a **Sra Maria**
185 **Tereza** tomou a palavra e passou a apresentar um relato de capacitação. Como solicitado, ela
186 apresentou o relatório sucintamente e tomou como base da apresentação um único pólo da
187 pesquisa. A quinta etapa da capacitação, de acordo com ela, foi dividida em sub-etapas: a
188 capacitação em si, seminários, pesquisa – que está em desenvolvimento – e a assessoria que foi
189 dada aos municípios. A partir dos relatórios que buscou na Universidade de Ponta Grossa e das
190 visitas que fez, foi feito o relatório. As regionais de Ponta Grossa e todas as universidades estão
191 divididas por regionais; são Ponta Grossa e União da Vitória. Os municípios a serem atendidos,
192 são vinte e sete (27) e o número de pessoas a serem capacitadas cento e vinte e sete (127); Em
193 Ponta Grossa, o início do curso foi em 16/04 e término 27/08; turmas previstas: duas – turmas
194 efetuadas: duas; número de participantes previstos: oitenta e quatro (84) – número de
195 participantes concluintes: sessenta (60). A **Sra Maria Tereza** informou que nem todos os
196 conselhos tutelares participaram. Motivos da não-participação: 1) Mandato. Altamente
197 diferenciados. Entre todos os coordenadores com quem conversou houve a mesma reclamação:
198 não conseguiram “pegar” no tempo total: se começava o curso, terminava o mandato e teria
199 eleição. No final essas pessoas tinham de largar a capacitação e começar de novo. Dessa forma,
200 houve um índice relativamente alto nesse sentido. 2) Problemas internos do Conselho. Houve
201 muitas faltas: nem todos os dias os conselheiros podiam se ausentar de suas cidades, inclusive
202 por problemas de transporte também, o que é um problema seriíssimo. A grande maioria das
203 cidades de pequeno porte, às vezes, não tem carro para o conselho e os conselheiros vão, então,
204 de ambulância ou qualquer coisa que o valha, que sai e tem de voltar em certo horário. Assim, os
205 conselheiros têm de se ausentar duas ou três horas antes de o curso terminar, pois não há como
206 voltar. Todas as universidades tiveram esse mesmo tipo de problema e a justificativa dada pelo
207 escritório regional foi a de que falta colaboração da própria cidade, politicamente falando.
208 Enfatizou que nas cidades de pequeno porte o que ela e todos os coordenadores das
209 universidades puderam verificar foi que o conselheiro é do estilo “faz tudo” na cidade: ele é
210 conselheiro disso e daquilo; sai daquilo pra lá e pra cá etc... Dessa forma, a saída dele da cidade
211 por dois dias, por um dia que seja, é muito difícil. Como motivos das desistências foram
212 apontados: a) problemas pessoais e problemas internos dos conselhos tutelares. Entretanto, o
213 número de desistências não foi tão alto quanto imaginaram. O perfil dos conselheiros tutelares
214 do pólo apresentado foi: a) total: dez (10); b) cinquenta por cento (50%) homens e cinquenta por
215 cento (50%) mulheres; c) faixa etária: 21 a 30 anos; d) a grande maioria tem mais de cinco (5)
216 anos de trabalho na área específica; e) sessenta por cento (60%) têm segundo grau completo; f)

38
39
40

41
42
43
44
45
46
47



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



217sessenta por cento (60%) são casados e g) as profissões são as mais variadas possíveis. Existem
218algumas pessoas em determinadas cidades – colocado por muitos dos coordenadores – um
219número relativamente razoável de aposentados, que é um vínculo empregatício legal de pessoas
220disponíveis para a cidade, de mulheres, por ter maior dificuldade de encontrar outro vínculo
221empregatício e por homens, pelo mesmo motivo. Cada prefeitura trata o conselho de maneira
222diferenciada. Algumas não têm o conselho inteiro; outras pagam um pouco mais para o
223presidente do conselho para ele ter mais afazeres; não pagam ou pagam somente alguns
224conselheiros, etc. Infelizmente, muitas vezes as atividades destes conselheiros não coadunam
225com as responsabilidades legais do cargo, como por exemplo, ser porteiro de baile, correr atrás,
226com viaturas, de crianças perdidas, etc. Já em União Vitória: começou na mesma época (16/04 e
227término 27/08); turmas previstas: uma (1); número de participantes previstos: quarenta e três
228(43) – número de participantes concluintes: trinta e cinco (35); todos os conselhos participaram
229da capacitação. O perfil muda: a) setenta e um por cento (71%) são mulheres, o que afirma o que
230foi dito da disponibilidade das mulheres, inclusive para tratar com crianças, o que é mais aceito.
231O **conselheiro Manfred Ernst Schwalb** acrescentou que participou da comissão da eleição dos
232conselheiros tutelares de Curitiba e constatou que a maioria dos conselheiros só tem experiência
233na igreja: ou de catequista ou de professor de escola dominical de lar evangélico. Se se tirasse
234esses dois grupos não sobrariam suficientes candidatos para Curitiba e a maioria não tem
235conhecimento jurídico ou qualquer outro do trabalho; questionou o que significaria ter
236experiência de trabalho com crianças. A **presidente** sugeriu como encaminhamento que se
237colocasse no site do Cedca/PR boas práticas e boas regras de eleição como referências. Dessa
238forma, não se entraria na competência do município, mas, se poderia influenciar de alguma
239forma, não pela lei, mas por práticas. Que se buscasse boas práticas de organização de eleição
240do conselho. A **representante da OAB, Sra Ana Christina**, sugeriu que essas fossem
241colocadas como recomendações. Retomando a apresentação do relatório, a **Sra Maria Tereza**,
242passou ao item assessoria. A assessoria foi dada de acordo com a possibilidade de cada
243universidade. A de Ponta Grossa fez de acordo com as necessidades de cada conselheiro. A
244assessoria, no geral, foi o ponto culminante do processo, marcada pelo atendimento
245personalizado de cada conselheiro. Nos relatórios, foram colocadas as características
246interessantes para cada IES e as características que poderão ser melhoradas. Para Ponta Grossa,
247as oficinas do Sopia foram de grande valia, pois se pode observar o desempenho prático; as
248oficinas do Peti e do Sentinela também foram boas; a redução da carga horária, pois é uma
249população que não está acostumada com a academia; é necessário que se atenda a demanda da
250população para que haja frutos. Houve a necessidade de se fazer pesquisa a respeito de como o
251Sopia estava sendo utilizado, de acordo com os dados. O relatório final será feito pela
252Universidade Federal do Paraná, mas, cada IES ficou responsável de fazer seminários com 16
253horas (carga horária total) para a devolutiva de sua região e cada uma o fez de uma forma. A
254apresentadora solicitou aos conselheiros que se publique o material produzido e se colocou à
255disposição do Conselho para maiores esclarecimentos. A **conselheira Ires** passou a apresentar
256a Comissão de Capacitação, pois havia mais itens a serem tratados (anexo 2). Sobre o evento de
257Cascavel, a **conselheira Ires** pediu ao **Sr. Júnior** que apresentasse a solicitação, feita pelos
258conselheiros tutelares de Cascavel, de apoio ao evento. Saudando a todos, passou a explicar a
259natureza do encontro. Em parceria com outras instituições, tem a proposta de realizar o “II
260Encontro dos Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná – 18 anos do Estatuto da Criança e do
261Adolescente”, com o intuito de promover uma avaliação desses dezoito (18) anos do Estatuto.
262São 413 conselhos tutelares no Estado do Paraná e há uma alta rotatividade de mandato de
263conselheiros tutelares, por isso a realização desse Encontro. O evento será realizado com ou sem
264apoio do Conselho, haja vista o apoio dado pela FAG e o **Sr. Rosemar Baú**, representante da
265Secretaria de Estado da Criança em Cascavel. Contudo, o conselho tutelar busca o apoio do
266Cedca/PR para que o evento seja ainda melhor e para que a formação dos conselhos tutelares do
267Estado do Paraná seja ainda mais eficiente, mais adequada para a garantia dos direitos da
268criança e do adolescente. Em vista disso, foi feita a programação orçamentária do que será
269necessário e do que ainda falta. O material de divulgação ficou no valor de R\$ 3.318,00 e foi
270ajustado na Câmara de Capacitação e do FIA para apresentação ao Conselho; Serviços de

48
49
50

51
52
53
54
55
56
57



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



271terceiros (hospedagem e alimentação): R\$ 1.923,00; Serviços de terceiros (passagens aéreas):
272R\$3.170,00; e Serviços de terceiros Pessoa Física (palestrante (Decreto 5246/05 – R\$350,00),
273conferencista): R\$2.800,00 (8 horas)+ R\$1.400,00 (4 horas) = R\$4.200,00. O montante final será
274de R\$ 12.613,00. Lembrou que o evento englobará todo o Estado do Paraná, com mais de 800
275conselheiros. A **conselheira Ires** lembrou que o valor solicitado inicialmente havia sido reduzido
276em cinquenta por cento (50%) no ajuste feito pela Câmara. A **Srta Aline Fioravante** esclareceu
277que na última reunião do Conselho havia sido aprovado o plano de capacitação e, dentro dessa
278proposta, um outro evento, pensado para os conselheiros tutelares como o que aconteceu em
2792006. Esse evento difere do anteriormente aprovado e, neste que estava sendo apresentado, o
280Conselho entraria com o apoio e que, para o outro, programado para novembro e abordado na
281discussão de ontem, foi acordado que se formaria uma comissão para discussão e organização. A
282**conselheira Ires** completou que não seria conveniente o Conselho deixar de participar de um
283evento como esse, em que seriam discutidos os dezoito (18) anos do ECA e que abrangerá todos
284os 399 municípios. A **presidente** retomou a palavra e consultou a plenária sobre a concordância
285do Conselho com a proposta de apoio ao evento, já aprovado pela Câmara de Capacitação e a do
286FIA. A votação foi favorável ao apoio. A **presidente** solicitou que o projeto fosse formatado
287dentro da legalidade urgentemente, dado o curto prazo. Sugeriu, ainda, que alguém da
288Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, que trabalhe com as universidades, e os
289conselheiros da região fizessem a conexão entre esse Encontro e o que será realizado no final do
290ano. A **conselheira Ires** propôs que se formasse a comissão para referido evento de novembro
291com representantes do Conselho, da Secretaria e da Associação de Conselheiros Tutelares,
292sendo dois de cada instituição. A **presidente** relembrou que há um recurso significativo do
293Governo Federal, R\$ 350.000,00, mais o do Conselho de R\$ 350.000,00, num total de R\$
294700.000,00 para capacitação dos conselheiros tutelares, via OPG, e que seria urgente que se
295entrasse em contato com a Sra Cleyde Lavoratti, da Universidade Estadual de Ponta Grossa,
296para que se estabelecesse a forma de acompanhamento do Cedca/PR em relação a essa agenda.
297A **conselheira Ires** informou o desconhecimento da Comissão em relação ao repasse deste
298recurso que veio do Conanda. A **presidente** pediu a Srta Aline que convidasse a Sra Cleyde para
299a próxima reunião do Conselho para que se começasse a tratar do assunto. A **conselheira Paula**
300**Baena** perguntou se seria possível fazer com que, no Paraná, as legislações municipais
301estabeleçam um mandato similar nos municípios, para os conselheiros tutelares, como já é feito
302no Rio Grande do Sul e se seria possível estudar o assunto legalmente para sanar esse tipo de
303problema. A **presidente** respondeu que via como única saída a prorrogação de data e de
304mandato, mas que deveria ser pesquisado qual a competência legal do Conselho para fazer isso.
305O **conselheiro Aramis** informou que havia uma proposta dessa na Câmara Federal e que o
306Estado do Rio Grande do Sul poderia ter uma Lei Estadual amparando a ação. A Lei Estadual era
307soberana ao município e que enquanto isso não saísse não haveria como realizar a mudança. A
308**presidente** sugeriu que se fizesse uma proposta de lei; uma minuta de lei que estabeleça uma
309data de eleição comum, e, como **encaminhamento**, solicitou ao conselheiro Aramis que
310procurasse a minuta de lei do Rio Grande do Sul e que passasse para o Departamento Jurídico da
311Secretaria ou para o Jurídico da Casa Civil e que o Conselho fizesse a proposta pelo Executivo,
312no sentido de unificar, e que o Conselho estudasse as datas que o Sipiá tem e fizesse uma
313proposta a partir da data da maioria dos conselhos tutelares, na próxima reunião do Conselho. A
314**Srta Ana Lídia Manzoni** relatou que, em 2004, foi feita uma proposta da Câmara de
315Capacitação para uma pesquisa sobre a infra-estrutura dos conselhos tutelares e foi enviado a
316todos os conselhos tutelares um questionário – o Cedca/PR recebeu 142 respostas – e isso ficou
317parado. Em 2006, o **Sr Valtenir Lazzarini** retomou o assunto e reencaminhou o questionário
318aos 142 conselhos tutelares que responderam para que ele fizesse a comparação entre 2004 e
3192006. Ele, junto com o Sr Dorival da Costa, analisou esse material e, agora, gostaria de
320autorização do Conselho para publicação desses resultados. O **conselheiro Adão Lodin**
321**Schneider** relatou, sobre o assunto da instrução dos conselheiros, que em Guarapuava foi feita
322uma formação ampla dos conselheiros e enfatizou que se observasse com cuidado quem de fato
323tem envolvimento para trabalhar com a questão da criança. A **presidente** disse que gostaria de
324ver todo o material que está sendo proposto para publicação em função de haver sido feita,

58
59
60

61
62
63
64
65
66
67



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



325através das universidades, a capacitação prática do Sopia, para todos, e, também, uma pesquisa
326sobre a utilização, que é recente. A **vice-presidente** solicitou que se fizesse o cruzamento dos
327dados dos trabalhos. Como **encaminhamento**, a presidente solicitou que fosse pedido ao Sr
328Valtenir que enviasse o trabalho completo para que a Câmara de Comunicação ou a de
329Capacitação examinasse. Lembrou, ainda, que ao longo do tempo, o Conselho deveria ter um
330conselho de redação e revisão, dado o volume de publicação que o Conselho faz. A **presidente**
331relembrou que haviam sido apresentados os relatos do Orçamento, Legislação e Capacitação e
332perguntou se havia algum outro relato curto a ser feito antes do intervalo. A **conselheira Ana**
333**Paula** passou ao relato da Câmara de Políticas Básicas (anexo 3). A **presidente** observou que o
334relatório remetia a algumas discussões profundas e que, em sua avaliação, havia sido feito um
335esforço válido, mas que ele deveria manter o foco na política do Estado e não no recurso do FIA.
336A **conselheira Paula** respondeu que talvez não tivesse conseguido expressar-se da forma mais
337adequada e que talvez tivesse cometido alguns equívocos de leitura, já que não era intenção que
338se pensasse só o FIA, o que acabou acontecendo, talvez, por falta de um aprofundamento da
339discussão. Houve uma discussão profunda de como se fazer a *interface* entre os conselhos, mas
340faltou de um ponto de vista mais amplo. A **presidente** acrescentou, como sugestão, nessa
341ampliação de foco, que, como função concreta, a câmara de política proponha, elabore e avalie os
342planos estaduais; que faça uma revisão dos planos; atente para a questão do Pacto pela Infância,
343no sentido de desdobrá-lo em ações e indicadores para que o Conselho possa acompanhar não só
344o recurso do FIA mas a ação das outras secretarias relativas à criança e ao adolescente. A
345**conselheira Irma** perguntou sobre o Plano de Saúde Mental da Secretaria de Estado da Saúde.
346A **presidente** informou que o Plano de Saúde Mental já havia sido aprovado no Conselho e já
347estão contidas nas deliberações do Conselho as principais ações do plano, quais sejam, o curso
348de especialização, o repasse para 20 comunidades terapêuticas que atendem adolescente,
349compra de vagas nas comunidades, etc. A **conselheira suplente Elizete Maria Paiola Tonon**
350observou que o plano está em andamento. A **presidente** sugeriu que se buscasse que cada
351conselho indique um representante para participar da câmara, de forma permanente. A
352**conselheira Jacqueline** destacou, como exemplo, a importância da participação da conselheira
353Solange na câmara em função da experiência compartilhada. A **conselheira Solange** concordou
354com o encaminhamento da presidente e sugeriu que cada representante trouxesse uma pauta
355para apresentar ao Conselho. A **presidente** falou da importância de se abrir espaço para cada
356pasta apresentar o que estiver sendo feito na área da criança e do adolescente, como “minuto
357Saúde”, “minuto Educação”, “minuto Segurança”, etc. e não só do lado governamental, mas,
358também, da sociedade civil, do fórum, nos moldes dos informes da Secretaria do Conselho. A
359**representante da OAB, Sra Ana Christina**, informou que havia vindo com a missão de fazer
360uma proposta para o Conselho, a partir de um encontro realizado com a Procuradora do
361Trabalho, Sra. Cristiane, ocasião em que acordaram trabalhar em conjunto (TRT e Comissão da
362Criança e do Adolescente da OAB-PR) para a realização de um estudo legislativo e propositivo
363em relação à prática esportiva dos adolescentes infanto-juvenis. Enfatizou a relevância do tema,
364em função de uma série de violações que permeiam o esporte amador e propôs que a discussão
365pudesse ocorrer em um grupo dentro do Cedca. Informou que esteve com o Prof. Carlos Afonso,
366Diretor do Curso de Educação Física da PUC/PR, e esse já confirmou participação nas reflexões
367sobre o tema no Cedca, bem como a Procuradora Sra. Cristiane. Abordou a importância de a
368Secretaria de Esporte participar, facilitada por integrar o Conselho. A **presidente** sugeriu, junto
369com a representante da OAB, que se convocasse o representante do Paraná Esporte, a Câmara
370da Garantia de Direitos e a Procuradoria Regional do Trabalho; outros representantes seriam,
371então, decididos junto com o novo Conselho. Os convites para as universidades deverão ser
372encaminhados pela Secretaria de Estado da Criança e Juventude – os nomes serão encaminhados
373pela representante da OAB. A proposta foi aprovada pelo Conselho. Em seguida, a **presidente**
374passou para o relato da Câmara de Garantia de Direitos. A **conselheira Irma** passou a fazer
375mencionado relato (anexo 4). Acrescentou que seria necessário que se fizesse uma triagem das
376denúncias que chegam ao Conselho, pois, muitas vezes, denúncias corriqueiras, que poderiam
377ser resolvidas localmente, são trazidas ao Conselho. A **presidente** sugeriu que as equipes
378regionalizadas fizessem essa triagem e apuração, antes de encaminhar a denúncia. Como

68
69
70

71
72
73
74
75
76
77



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



379**encaminhamento**, a **presidente** solicitou que todas as denúncias que chegassem à Secretaria
380fossem encaminhadas, primeiro, à equipe do Protetivo para prévia avaliação. Com relação à
381denúncia contra a entidade de Mandaguari, a **conselheira Irma** informou que havia sido feito
382contato com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente –
383Caopca, que solicitou cópia do processo para que fosse feito o devido encaminhamento.
384Solicitou, ainda, que o Conselho enviasse um ofício ao Caopca, formalizando a solicitação de
385encaminhamento e que o Conselho sugerisse a transferência das crianças. A **presidente** colocou
386em votação: o Conselho foi favorável ao ofício de encaminhamento, mas rejeitou a proposta de
387sugestão de transferência das crianças, haja vista não ser da alçada do Conselho tal medida. O
388**conselheiro João Vitor** passou a relatar a denúncia que recebeu de Sarandi e quais foram os
389encaminhamentos dados por ele, conselheira Jacqueline e o Sr. Luciano Rosa, conselheiro eleito
390para o biênio 2008-2009. No dia 24 de janeiro, o conselheiro João Vitor recebeu denúncia de que
391vinte e dois (22) adolescentes estavam presos na cadeia pública da cidade de Sarandi e foram
392feitos os seguintes encaminhamentos: a denúncia foi formalizada para a Secretaria [?] de
393Segurança Pública; informou a imprensa; entrou em contato com a equipe descentralizada,
394regional de Maringá, da Secretaria para apurar o caso e com o Conselho Tutelar de Sarandi, que
395confirmou a denúncia. Após os encaminhamentos, os adolescentes passaram a ser encaminhados
396para os centros de socioeducação, restando dez (10). A **presidente** informou que não eram vinte
397e dois (22) adolescentes com medida de internação. O **conselheiro** solicitou a ajuda do Conselho
398para que fatos como esse não ocorressem mais, na cidade de Sarandi, e esclarecimentos sobre a
399questão de vagas. A **presidente** tomou a palavra para completar o relato e informar que oitenta
400por cento (80%) dos meninos que vão para a delegacia não são para a internação e explicou todo
401o processo envolvido desde o recolhimento do adolescente às delegacias até a solicitação de
402vagas no sistema socioeducativo. O próximo assunto tratado foi o relato da comissão de
403elaboração do Plano de Garantia de Convivência Familiar e Comunitária, apresentado pela **vice-**
404**presidente** (anexo 5). O próximo relato foi o da Câmara do FIA (anexo 6), iniciado pelo **Sr.**
405**Carlos Augusto de Jesus, técnico da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude**. A
406seguir, A **técnica da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, Sra Tyciane**
407**Begnini**, passou a apresentar a minuta de deliberação para aprovação dos projetos de
408Potencialização da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (anexo
4097). Após as devidas correções, a minuta foi aprovada pelo Conselho. Referente à Câmara do FIA,
410a **técnica Tyciane** passou a apresentar o seguinte processo: “**Nº Protocolo 8.823.844-3.**
411**Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu Solicitação do município:** Ajuste referente ao Plano
412de Aplicação e Contrapartida do Termo de Convênio 430/06, prevendo ações de Potencialização
413da Rede de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, conforme a Deliberação
414Nº 16/2005 e suas Orientações Técnicas. **Parecer Câmara do Fia - 26/02/08. Desaprova**
415**Alteração do Plano de Aplicação e Solicita Adequação do Mesmo ao Estipulado na**
416**Deliberação 16/2005, Que Prevê:** - valor para veículo até 20% do total do recurso;- gastos
417com capacitação, intitulados como curso, passagens aéreas, hospedagem, alimentação,
418manutenção e locação de equipamentos (equivocadamente classificados como prestação de
419serviço) e custos com publicação e divulgação no valor de até 20% do total do recurso; e
420**Adequação aos Seguintes Parâmetros para Serviço de Atendimento a Crianças e**
421**Adolescentes Vítimas de Violência:** Caracterização do serviço de atendimento especializado,
422enquanto um **Centro de Proteção**, destinado a[à] atenção especial e integral à[a] crianças e
423adolescentes vítimas de violência, contando com: I) Atendimento e acompanhamento de vítimas
424e seus familiares, com atenção individualizada e proposta de intervenção junto a[à] rede de
425relações das crianças e adolescentes para evitar revitimizações. II) Atendimento de agressores,
426articulado ao poder judiciário e utilizando abordagens técnicas com comprovada efetividade.
427**Parecer do Cedca: Aprovado.**” A **presidente** passou a apresentar as minutas de ementa ao
428cronograma das deliberações 017, 018, 019 e 020/2007. Todas as alterações ao cronograma
429foram aprovadas pelo Conselho (estarão disponíveis na página eletrônica do Conselho, em
430www.secj.pr.gov.br, ícone “*deliberações/resoluções*”, ano 2008). A **técnica Tyciane** passou a
431apresentar a agenda de apresentação do Programa Crescer em Família aos municípios. O
432**coordenador da Área de Socieducação, Sr. Roberto Bassan Peixoto**, apresentou, a seguir,

78
79
80

81
82
83
84
85
86
87



SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE

Conselho Estadual dos Direitos Criança e do Adolescente – Cedca/PR



433a agenda pertinente ao Programa Liberdade-Cidadã. No item “Assuntos Gerais”, a **conselheira**
434**Ires** parabenizou a equipe da Secretaria pelo cuidado e atenção na seleção do hotel e do
435restaurante que atenderam aos conselheiros. O **conselheiro Aramis** solicitou que fosse feito um
436controle rígido da presença de todos os conselheiros às reuniões do Conselho – em função de
437críticas e comentários feitos, na esfera do Governo Estadual, sobre a não-participação dos
438conselheiros governamentais. Ficou encaminhado que tal controle, mais rigoroso, seria efetuado.
439A seguir, a **presidente** passou à aprovação da ata da reunião de 18 e 19 dezembro de 2007.
440Após os ajustes sugeridos, referida ata foi aprovada pelo Conselho. O **conselheiro João Vitor**
441fez leitura de relatório do Fórum DCA da Regional de Maringá sobre a falta de implementação,
442no Estado do Paraná, da política de atendimento e proteção a mulheres vítimas de violência
443doméstica (Anexo 4). A **presidente** fez o registro de referido relatório e encaminhou a discussão
444para a próxima reunião do Conselho. Os conselheiros **Adão, João Vitor, Jacqueline, Ires,**
445**Manfred, Solange** e **Lúcio Linhares**, em momentos distintos, falaram de sua gratidão ao
446acolhimento que receberam do Conselho e da boa experiência que cada um levará consigo.
447**8.Encerramento:** A **presidente** encerrou a reunião despedindo-se dos conselheiros da gestão
4482006-2007 e agradecendo a presença e o empenho de todos. A presente ata foi transcrita,
449digitada e lavrada por mim, Cristiane Dias de Lima Dalto, Secretária Executiva do Conselho
450Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Após lida e aprovada, terá – em anexo de
451número 8 – cópia da lista de presenças assinada pelos conselheiros que tomaram parte nesta
452reunião e estará disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Criança e da
453Juventude (www.secj.pr.gov.br).

88
89
90